



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O TRATAMENTO JURÍDICO DA DELINQUÊNCIA DOS JOVENS ADULTOS

Mário Amorim Barbosa

Mestrado em Direito

Faculdade de Direito | Escola do Porto

2019



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O TRATAMENTO JURÍDICO DA DELINQUÊNCIA DOS JOVENS ADULTOS

Mário Amorim Barbosa

Orientadora: Professora Doutora Conceição Cunha

Mestrado em Direito

Faculdade de Direito | Escola do Porto

2019

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus pais, por todo o carinho, atenção e apoio que sempre me deram. Não há palavras suficientes para lhes agradecer tudo o que fazem por mim, desde o primeiro dia.

À minha namorada Francisca, pessoa especial, atenta e cuidadosa. Mesmo nos momentos mais difíceis estive sempre presente e fez com que tudo fosse mais fácil. Sem ti, estas conquistas não teriam o mesmo significado.

Um agradecimento especial à professora Dr.^a Conceição Cunha pelo profissionalismo irrepreensível, por toda a disponibilidade e pelos sábios conselhos.

Para terminar, um grande obrigado a todos os familiares, amigos, colegas de faculdade e professores por terem marcado o meu percurso, a nível pessoal e académico.

Resumo / Abstract

A presente dissertação aborda o tratamento jurídico da delinquência dos jovens adultos. Com o objetivo de desenvolver e aprofundar melhor este tema, optámos por dividi-la em vários capítulos: no primeiro capítulo referimos a evolução histórica do direito dos menores a nível internacional e a nível nacional; no segundo capítulo abordamos o sistema de idades, o modo como é implementado, salientando a importância da psicologia para uma melhor compreensão e estudo da delinquência nos jovens adultos; já no terceiro capítulo procede-se a uma análise crítica do regime especial previsto no DL n.º 401/82; no quarto capítulo, o grande enfoque é na diretiva 2016/800 do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às garantias processuais para os menores suspeitos ou arguidos em processo penal. Por último, na conclusão, apresentamos uma série de medidas que, no nosso entender, poderiam ajudar a que a delinquência nos jovens adultos deixasse de ser uma realidade.

Palavras chave: Delinquência juvenil; ressocialização; jovens adultos; atenuação da pena; responsabilização penal.

This dissertation addresses the legal treatment of delinquency in young adults. In order to better develop and deepen this subject, we chose to divide it into several chapters: in the first chapter we refer to the historical evolution of the law of minors, at international and national level; in the second chapter we address the age system and how it is implemented, emphasizing the importance of psychology to better understand and study delinquency in young adults; in the third chapter, a critical analysis of the special regime foreseen in DL 401/82 is made; in the fourth chapter the main focus is on the European Parliament and Council Directive 2016/800 on procedural safeguards for suspected or accused minors in criminal proceedings. Finally, in the conclusion, we present a series of measures that, we believe, could help make delinquency in young adults no longer a reality.

Key words: Juvenile delinquency; resocialization; young adults; attenuation of the penalty; criminal liability.

Índice

Lista de siglas e de abreviaturas.....	4
Introdução	5
Capítulo I - Evolução histórica do Direito dos Menores.....	7
Capítulo II – O Sistema de Idades	11
1. Perspetiva Internacional.....	11
2. O tratamento jurídico em função/razão da idade em Portugal.....	12
2.1. A possível mudança da idade da imputabilidade penal – divergências doutrinárias.....	13
2.2. A influência da psicologia na delinquência juvenil.....	16
Capítulo III – O regime jurídico dos jovens adultos e as suas insuficiências - DL n.º 401/82, de 23 setembro.	21
1. O artigo 4.º do DL 401/82: atenuação especial da pena – análise jurisprudencial.....	23
1.1. Possibilidade de atenuação da pena de multa ao abrigo do regime previsto no artigo 4.º do DL 401/82.....	28
2. O artigo 5.º do DL 401/82 – aplicação subsidiária da legislação relativa a menores.....	30
3. O artigo 6.º do DL 401/82 – medidas de correção.....	31
Capítulo IV – Garantias processuais relativas aos menores – transposição da diretiva 800/2016 – Lei n.º 33/2019.....	35
Conclusão	42
Bibliografia.....	44

Lista de siglas e de abreviaturas

DL – Decreto-Lei.

OTM – Organização Tutelar de Menores.

LTE – Lei Tutelar Educativa.

LPCJP – Lei Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

RPAJD – Regime Penal Aplicável a Jovens Adultos.

CPP – Código de Processo Penal.

CP – Código Penal.

CEPMPL – Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.

Introdução

A delinquência juvenil assume, nos dias de hoje, um destaque nunca antes visto noutra período da história. Porém, devido a uma série de fatores sociais, familiares, económicos, internos e externos torna-se muito complicado prever e combater este tipo específico de criminalidade.

Um dos princípios basilares do Direito Penal é o princípio da culpa, que se fundamenta na ideia de que, no momento da prática do facto, o agente tem de dispor “do necessário discernimento e capacidade de autodeterminação perante os valores jurídico-penais” e só então podemos falar “da possibilidade de imputar responsabilidade jurídico-penal ao agente”¹. Sintetizando, para ser considerado imputável, o agente tem que ser portador de uma certa maturidade, discernimento e autodeterminação, pois só dessa forma faz sentido a sua responsabilização penal.

De forma a delimitar a imputabilidade em razão da idade, o legislador português optou por um “critério etário que melhor traduz, (...), o momento mais aproximado da formação da personalidade”², critério esse que fixou a imputabilidade a partir dos 16 anos³. No entanto, estabeleceu-se no artigo 9º do CP um regime penal especial para jovens⁴, com idade superior a 16 e inferior a 21 anos. A criação de um regime especial apresenta algumas vicissitudes e insuficiências que levam a que não seja devidamente utilizado como ferramenta de combate à criminalidade efémera e transitória, característica desta faixa etária. Ao longo desta exposição o objetivo é dar ênfase aos jovens adultos e ao regime jurídico-penal que lhes é aplicável, evidenciando a necessidade de melhores condições de tratamento, ressocialização e inclusão dos jovens delinquentes, alertando, ao mesmo tempo, para a necessidade de atualização dos dispositivos legais.

No primeiro capítulo faz-se um breve resumo da evolução histórica do direito dos menores. Numa primeira fase, a nível internacional, com a criação de uma série de diplomas que vão influenciar a legislação nacional e, numa segunda fase, expondo a forma como o direito dos menores surge e se desenvolve em Portugal.

¹ Figueiroa, 2010, página 151.

² Figueiroa, 2010, página 151.

³ Conforme estabelece o artigo 19.º do CP: “Os menores de 16 anos são inimputáveis”.

⁴ DL n.º 401/82, de 23 de setembro

No que concerne ao segundo capítulo abordamos sumariamente o sistema de idades relativamente ao modo como está instituído e indicamos as bases desse sistema. A sistematização é similar à do primeiro capítulo, iniciando com uma análise ao sistema de idades a nível internacional, depois, especificadamente a legislação e o modo como é aplicada noutros países. Em seguida, exploramos a forma como esse sistema é aplicado em Portugal, referindo algumas propostas de alteração. Por fim, faz-se referência aos contributos da psicologia, enquanto ciência auxiliar do direito nesta matéria, demonstrando a sua importância para um melhor tratamento da delinquência dos jovens adultos.

No que concerne ao terceiro capítulo, faz-se uma interpretação crítica do DL 401/82, apontando as suas vicissitudes, e referindo também alguns aspetos que poderiam e deviam ser alterados de modo a conferir melhor aplicabilidade prática a este regime especial. Ao longo do mesmo faz-se, pontualmente, alguma crítica jurisprudencial.

No quarto capítulo, procedemos ao estudo da diretiva 2016/800 do Parlamento Europeu e do Conselho - relativa às garantias processuais para os menores suspeitos ou arguidos em processo penal, que originou a alteração ao CPP através da Lei 33/2019. Desta forma, chama-se a atenção, sobretudo, para as preocupações e lacunas que a nossa lei apresenta. Além disso, faz-se referência ao problema dos menores/jovens em prisões de adultos, especialmente no que diz respeito à prisão preventiva.

Finalmente, na conclusão, são apresentadas sugestões de medidas para que a delinquência nos jovens adultos possa ser combatida de uma forma mais eficaz, fazendo-se alusão à necessidade de atualização de alguns dispositivos legais e requalificação e criação de estruturas tendo como objetivo a inclusão dos jovens adultos.

Capítulo I - Evolução histórica do Direito dos Menores

A nível internacional, assistiu-se a um interesse crescente pelo direito dos jovens e das crianças. O primeiro diploma a reconhecer-lhes clara relevância, dando destaque ao direito dos menores, foi a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, aprovada em 1989, na qual se refere que “importa preparar plenamente a criança para viver uma vida individual na sociedade e ser educada no espírito dos ideais proclamados na Carta das Nações Unidas e, em particular, num espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade e solidariedade”⁵. Nesta Convenção, surge um conjunto de diretrizes importantes e que vão influenciar a forma como os países da comunidade internacional abordavam os problemas relacionados com os menores. Desde logo, importa salientar o artigo 1.º da Convenção onde se refere que a “criança é todo o ser humano menor de 18 anos”, o artigo 3.º, no qual se define que todas as decisões devem ter como princípio basilar “o interesse superior da criança” e o artigo 40.º, em que se estabelece um conjunto de garantias processuais sempre tendo em consideração a criança como ser humano frágil, em formação e inevitavelmente mais vulnerável.

Neste contexto, vão surgindo novos instrumentos internacionais preponderantes nesta matéria: em 1985, surgem as Regras de Beijing⁶, definindo um conjunto de normas mínimas no que concerne à administração da justiça de menores, de forma a poderem ser aplicadas em diferentes sistemas jurídicos e onde se explicitam direitos e garantias processuais para os jovens; os princípios de Riade⁷, que se relacionam diretamente com a prevenção da delinquência juvenil; os princípios de Havana⁸, para a proteção dos jovens privados da liberdade e onde se estabelece que a privação da liberdade deve ser o último recurso, de carácter excecional (como refere o artigo 2.º); e por último, as Regras de Tóquio⁹, que tinham como objetivo desenvolver medidas não privativas da liberdade.

⁵ Preâmbulo da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças.

⁶ Resolução 40/33, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas.

⁷ Resolução 45/112, adotada em 1990 pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

⁸ Resolução 45/113, adotada em 1990 pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

⁹ Resolução 45/110, adotada em 1990 pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

No quadro Europeu, surgem uma série de recomendações e documentos ¹⁰ “com a mesma preocupação de prevenção da delinquência juvenil e garantias dos direitos dos menores”¹¹, como refere Conceição Cunha. Nos últimos anos, esta tendência tem aumentado: em Novembro de 2010 surgem Diretrizes do Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre a justiça adaptada às crianças, nas quais se evidenciam os direitos e necessidades das crianças nos processos judiciais, sobretudo que “o direito à informação, à representação, à participação e à proteção, sejam integralmente respeitados, tomando devidamente em consideração o nível de maturidade e de compreensão da criança e as circunstâncias do caso”¹². Em 2016, assoma a Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho¹³, relativa a garantias processuais para os menores suspeitos ou arguidos em Processo Penal.

Todo este conjunto de instrumentos internacionais contribuiu para chamar a atenção dos países para os direitos das crianças, para o fenómeno da delinquência juvenil, as suas consequências nefastas e para a forma como a criminalidade nestas faixas etárias deve ser encarada e combatida. No entanto, existem grandes diferenças entre as soluções europeias e as soluções adotadas pelos Estados Europeus. Se por um lado se dá especial relevo à especificidade da delinquência juvenil, tentando equilibrar o carácter punitivo com o educador, alguns Estados europeus preocupam-se sobretudo com a desordem e com a falta de segurança, sem ter em consideração o facto de estarem em causa crianças e jovens e a repercussão que certas medidas podem ter num futuro próximo. Tal como refere Anabela Miranda Rodrigues¹⁴, “em evidente contraste com a quase «angelificação» da criança delinquente, dominante até ao último quartel do século XX, assiste-se hoje à sua «diabolização», concretizada na «repenalização», por diversos modos, dos seus comportamentos violadores da lei. Pode dizer-se que, em países onde a criança «parecia ter saído do direito penal», «regressa» agora inequivocamente a ele. A esta política não é indiferente o crescente e generalizado sentimento social de insegurança, sobretudo urbano, em grande parte amplificado pelos *media*, ao dar conta

¹⁰ Recomendação (87) 20 do Comité de Ministros de 17 de setembro de 1987; Recomendação (88) 6 do Comité de Ministros do Conselho da Europa; Recomendação (01) 1523 adotada pela Assembleia Parlamentar em 24 de setembro de 2001; Recomendação (03) 20 adotada pelo Comité de Ministros em setembro de 2003; Recomendação 2008 do Comité de Ministros do Conselho da Europa.

¹¹ Cunha, 2016, página 444.

¹² Diretrizes do Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre justiça adaptada às crianças – âmbito e objetivo.

¹³ Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de maio de 2016.

¹⁴ Anabela, 2009, página 2.

de atos pontuais de violência, por vezes de grande violência, praticados por crianças, adolescentes e jovens, isoladamente ou em grupo.”

O nosso país foi um dos primeiros a ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, em 1991, o que desde logo demonstra a relevância e influência dos mecanismos internacionais na ordem jurídica nacional. A nível interno, já as Ordenações Manuelinas, consideradas como o primeiro corpo legislativo em Portugal, estatuíam um tratamento especial para as crianças e jovens. Porém, o primeiro grande marco histórico na área do direito dos menores ocorreu em 1911, com o DL de 27 de maio que, desde logo, estabeleceu uma diferença de tratamento notória entre as crianças e os adultos. Nesse sentido, procedeu à criação dos Tribunais de Menores (designados por Tutoriais de Infância), dando primazia à prevenção e fazendo a distinção entre a criança em perigo moral e a criança-agente. Desta forma, Portugal torna-se num dos primeiros países a ter adotado um conjunto de direitos especiais para menores.

Em 1962 surgiu a OTM, aprovada pelo DL n.º 44 288, a 20 de abril. O regime contemplado neste diploma assentava no protecionismo máximo, não existindo uma distinção entre as crianças vítimas e as crianças-agente. A OTM defendia que todos careciam de uma proteção igual, constituindo um sistema paternalista. Em 1978, numa altura em que Portugal atravessava transformações pós-revolução, é publicado o DL 314/78 de 27 de outubro que levou à revisão da OTM, evidenciando-se, ainda mais, as características próprias do modelo de proteção. Neste sentido, Anabela Miranda Rodrigues¹⁵ afirma que “a identidade deste modelo repousa, como se sabe, na legitimidade originária do Estado para proteger e educar os menores e na ideia de que todos os casos – quer o dos menores em perigo, dos maltratados, dos inadaptados, dos meninos de rua, dos rebeldes à ordem social, dos toxicodependentes, dos contraventores ou dos delinquentes – se reconduzem a situações-problema a que deve ser estranho qualquer tratamento diferencial”.

Portugal, na sequência das críticas ao modelo excessivamente paternalista da OTM, vai reformar o seu Direito dos Menores, surgindo as Leis n.º 166/99 (LTE) e n.º 147/99 (LPCJP). Este novo sistema é considerado como uma “terceira via”, isto é, uma conjugação entre o sistema de justiça e o sistema paternalista, onde há respeito pelas

¹⁵ Rodrigues, 2003, página 6.

garantias processuais dos menores e onde a criança-agente e a criança-vítima passam a ter o tratamento adequado, diferenciado e necessário para o seu caso. A LTE aplica-se a menores que cometeram ilícitos criminais, entre os 12 e os 16 anos (à data da prática do facto) e visa a educação do adolescente para o direito: “se não se prova que a criança praticou um facto qualificado pela lei como crime, o Estado não se legitima para intervir no plano educativo”¹⁶, como salienta Anabela Miranda Rodrigues; já a LPCJP aplica-se a crianças e adolescentes (até aos 18 anos) carecidos de proteção.

Por último, o nosso sistema jurídico comporta o RPAJD, criado pelo DL 401/82, regime jurídico aplicável aos jovens entre os 16 e os 21 anos, com medidas apropriadas para esta faixa etária, considerada a mais problemática. O objetivo principal deste regime era criar um regime de transição, com medidas específicas para estes “jovens adultos”. Tem-se entendido que este DL apresenta ““pobreza” sancionatória, pelas suas “lacunas”, e também por não se terem criado, desde a sua entrada em vigor, os “centros de detenção”, previstos na lei”, como refere Conceição Cunha¹⁷. Apesar de já terem existido propostas de alteração, nunca foi possível uma reforma adequada que permita tornar este regime jurídico uma “ferramenta” para solucionar o problema dos jovens adultos que cometem ilícitos criminais.

¹⁶ Rodrigues, 2003, página 9.

¹⁷ Cunha, 2016, página 450.

Capítulo II – O Sistema de Idades

1. Perspetiva Internacional

No que diz respeito à responsabilidade penal dos menores pela prática de um facto qualificado como crime, apesar dos princípios orientadores tanto a nível europeu (através dos textos europeus emanados pela União Europeia e pelo Conselho da Europa), como mundial (textos apresentados pelas Nações Unidas) ser muito idêntico, a verdade é que existe uma grande incoerência relativamente à legislação e à aplicação de medidas, por parte de vários Estados europeus.

As crianças são por definição um grupo particularmente vulnerável, devendo ser protegidas de uma forma ativa e competente. Na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, considera-se que uma “criança é toda a pessoa com menos de 18 anos”. Apesar disso, como refere Anabela Miranda Rodrigues¹⁸ “não existe qualquer norma europeia ou mundial que fixe uma idade mínima para a responsabilidade de uma criança pela prática de um facto que seja qualificado como crime”. Atualmente, existe uma falta evidente de uniformização da idade da responsabilidade penal em toda a União Europeia, variando dos 8 anos na Escócia, aos 12 anos na Bélgica, aos 18 anos em Espanha e passando pelos 16 anos em Portugal, evidenciando-se desta forma “as diferenças entre os sistemas jurídicos dos Estados-membros”¹⁹.

Como já referimos²⁰, nalguns países europeus a perspetiva face à criança delinquente tem vindo a alterar-se. Hoje, existe um endurecimento das políticas criminais que se tem traduzido na «diabolização» da criança delinquente, muito ligada ao sentimento de insegurança em especial nos meios urbanos, associada a atos de violência praticados por jovens, crianças e adolescentes. Nesta questão, assumem particular importância os meios de comunicação social, que, de uma forma generalizada e frequente, dão conta de atos pontuais de violência levada a cabo por jovens.

Seguindo a conclusão de Anabela Miranda Rodrigues, a “representação social de que a delinquência juvenil está a crescer e a agravar-se não encontra correspondente

¹⁸ Anabela, 2009, página 1.

¹⁹ Anabela, 2009, página 1.

²⁰ Supra página 9.

representação estatística, mas tem tradução no discurso político justificativo das reformas europeias de cunho repressivo, securitário e punitivo.”²¹

2. O tratamento jurídico em função/razão da idade em Portugal.

Em Portugal o “sistema de idades” é complexo, repartido consoante a faixa etária dos jovens que se quer abranger. Existe cada vez mais uma preocupação generalizada em tratar de maneira diferente as crianças/ jovens e os adultos delinquentes, tanto a nível internacional como a nível nacional.

Se o facto for praticado por uma criança com menos de 12 anos, aplica-se a LPCJP, através da qual “o sistema apenas responde com a aplicação de medidas de proteção, considerando que a criança até esta idade deverá ser sempre, independentemente das circunstâncias, tratada como uma criança em perigo”, como refere Ana Rita Alfaiate²².

Já no caso de se tratar de alguém que tenha entre 12 e 16 anos de idade no momento da prática do facto estamos no âmbito da LTE, que tem como objetivo principal a educação para o direito. Neste caso, existem dois fatores essenciais que relevam para a aplicação da lei: “por um lado a assunção da responsabilidade do menor e, por outro lado, a vertente educativa e, nessa estrita medida, a satisfação das expectativas em relação aos menores delinquentes”²³. Assim sendo, pode-se considerar que o elemento chave é o princípio da necessidade, isto é, a resposta educativa só tem lugar quando existe a necessidade de educação do menor para o direito, caso contrário só será aplicada a intervenção protetora. Quando se fala de necessidade de educação para o direito, “trata-se de corrigir uma personalidade que apresenta deficiências de conformação com o dever - ser jurídico mínimo essencial (corporizado na lei penal) e não meras deficiências no plano moral ou educativo geral.”²⁴ Nesta faixa etária, falamos de medidas de responsabilização, e dessa forma a partir dos 12 anos pode-se distinguir

²¹ Anabela, 2009, página 2.

²² Alfaiate, 2017, página 158.

²³ Rodrigues, 2003, página 19 e 20.

²⁴ Rodrigues, 2003, página 21.

agentes e vítimas: “aos primeiros podemos aplicar medidas tutelares, enquanto para as segundas continuamos a reservar a aplicação de medidas de proteção”²⁵.

Por último, através do DL 401/82 de 23 de setembro cria-se um regime aplicável a jovens delinquentes, com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos, que infelizmente tem uma aplicação muito limitada. Em Portugal, a imputabilidade penal começa aos 16 anos, o que quer dizer que a partir desta idade é possível aplicar o “direito penal de adultos”. A ideia central do RPAJD seria a aplicação de medidas de transição para jovens adultos, tendo por base um ciclo de vida diretamente relacionado com uma criminalidade transitória e efémera. Ao aplicar estas medidas, o RPAJD pretendia também evitar a aplicação da pena de prisão aos jovens, salvaguardando-os da natureza criminógena da prisão, especialmente porque se trata de indivíduos naturalmente influenciáveis. Figueiredo Dias²⁶ refere-se a este regime penal especial para os jovens adultos, como “um regime específico ao nível das consequências jurídicas do crime que tem em conta as especiais necessidades de (re)socialização suscitadas pelos jovens delinquentes”.

2.1 A possível mudança da idade da imputabilidade penal – divergências doutrinárias.

O artigo 19º do CP Português estabelece que “os menores de 16 anos são inimputáveis”. Desta forma, considera-se que para efeitos de responsabilidade penal, no momento da prática do facto, o agente tem que ter no mínimo 16 anos de idade. A nível internacional não existe uma idade definida para a imputabilidade em razão da idade, divergido esta idade de país para país.

Em Portugal, há um entendimento díspar, existindo várias opiniões no sentido de ser necessária uma alteração à lei. Nesse sentido, Américo Taipa de Carvalho não concorda com a fixação da inimputabilidade penal nos 16 anos. Segundo este autor, há muitos jovens com menos de 16 anos que já têm um desenvolvimento psicológico, mental e sociocultural que lhes permite compreender a ilicitude dos seus atos. Nesta perspetiva, a idade da imputabilidade penal devia baixar para os 14 anos, alicerçando

²⁵ Alfaiate, 2017, página 159.

²⁶ Dias, 2007, página 600.

esta ideia numa comparação com outros sistemas jurídicos – “vários códigos penais estrangeiros estabelecem os 14 anos como idade mínima para a imputabilidade penal”²⁷. Apesar de reconhecer e compreender as razões político-criminais que levaram o legislador a fixar a idade da imputabilidade nos 16 anos, nomeadamente “subtrair o adolescente às consequências negativas que adviriam, para a sua personalidade ainda em formação, de uma condenação penal e do cumprimento de uma pena de prisão”²⁸, conclui que a fixação da idade tal como está atualmente, é exagerada. Porém, apesar de defender uma diminuição da idade, sustenta que entre os 14 e os 16 anos devia existir “um regime especial quanto à pena concreta e, sobretudo, quanto ao local e ao modo de a cumprir”, defendendo a existência de “algo semelhante ao que já é aplicável aos chamados “jovens adultos” (especialmente, aos que têm entre 16 e 18 anos)”²⁹.

Por sua vez, Anabela Miranda Rodrigues defende que a idade da imputabilidade penal deve corresponder à idade da maioridade civil, ou seja, os 18 anos. De acordo com esta autora, hoje em dia reconhece-se perentoriamente que os jovens iniciam carreiras criminosas cada vez mais precocemente, o que poderia levar a uma redução da imputabilidade penal. Em sentido contrário, argumenta que, se é verdade que um jovem com menos de 16 ou 18 anos já pode ter “capacidade para «avaliar a ilicitude da sua conduta» ou «para se determinar de acordo com essa avaliação»”³⁰, a personalidade do indivíduo não está formada antes dos 18 anos, logo, a culpa no sentido jurídico-penal (enquanto “juízo de censura ético-social à personalidade do agente”) não pode estar formada antes de se atingir a maioridade civil. A responsabilização deve ter em conta, sobretudo, aquilo que levou o menor a assumir uma determinada conduta tipificada como crime; sendo ele um ator social em evolução é fundamental “mostrar-lhe que essa conduta não é tolerada pela sociedade em que se insere, educando-o para o respeito dos valores essenciais da comunidade, de forma a que a sua personalidade em formação interiorize o respeito por essas normas fundamentais”³¹. Por último, Anabela Miranda Rodrigues defende que ao elevar a idade da imputabilidade penal, deveria ser criado paralelamente um novo regime para jovens-adultos delinquentes que aplicar-se-ia até aos 25 anos.

²⁷ Carvalho, 2016, página 474.

²⁸ Carvalho, 2016, página 474.

²⁹ Carvalho, 2016, página 474.

³⁰ Rodrigues, 1997, página 374.

³¹ Rodrigues, 1997, página 376.

Ana Rita Alfaiate apresenta uma posição completamente diferente, assumindo que a idade não é um critério automático de imputabilidade penal. Ainda assim, apesar de não se tratar de um elemento chave, decisor, a idade é sempre um elemento a ter em consideração, uma vez que “a responsabilidade de quem pratica um facto qualificado pela lei como crime deve, consoante estejamos perante adultos ou crianças e jovens, ser tratada de maneira diferente, atentas as inerentes diferenças ínsitas a esta condição”³². Esta autora recusa a solução de elevar a imputabilidade penal para os dezoito anos, dado que “continuaríamos, por essa via, a ficcionar a inimputabilidade, não a suscitando por meio da real incapacidade para a culpa.”³³. Assim sendo, através de estudos da neurociência, vai surgir uma recompreensão do que é hoje a imputabilidade penal em razão da idade, defendendo-se uma associação do critério da idade com “a necessidade de avaliar a capacidade do agente para, independentemente da sua “cronologia”, compreender, querer e conformar-se socialmente no cumprimento do dever - ser jurídico-penal”³⁴. Ora, desta forma, surge o conceito de *intellectus criminalis*, como um critério alternativo, “composto por uma dimensão de conhecimento, outra de vontade e ainda uma de adequada modelação social do agente”³⁵. Enquanto o direito tutelar promove a formação do *intellectus*, o direito penal molda-o quando já estiver devidamente formado.

Efetivamente, a proposta apresentada por Ana Rita Alfaiate parece ser a mais completa e que no futuro poderá trazer melhores resultados. Sem nunca prescindir de um princípio basilar do direito penal, o princípio da culpa, no sentido de que “não se aceita no direito penal atual a aplicação de uma pena sem que haja culpa”, a “aferição de culpa não se dá por recurso a critérios formalistas, mas de acordo com o modo de ser do agente para com o direito”³⁶. Sintetizando a proposta apresentada por esta autora, até aos 16 anos existiria uma inimputabilidade absoluta. Entre os 16 e os 18 anos a inimputabilidade seria relativa, isto é, “a imputabilidade depende da condição de se considerar verificada a completude do *intellectus criminalis*”³⁷. Já dos 18 aos 21 anos o jovem seria avaliado por uma equipa especializada³⁸ para o efeito, podendo ser

³² Alfaiate, 2017, página 160.

³³ Alfaiate, 2017, página 172.

³⁴ Alfaiate, 2017, página 180.

³⁵ Alfaiate, 2017, página 180/181.

³⁶ Alfaiate, 2017, página 182.

³⁷ Alfaiate, 2014, página 165.

³⁸ Essa equipa podia ser constituída por um psicólogo ou por um médico com formação específica.

considerado imputável - aplicar-se-ia o RPJD - ou inimputável e, dessa forma, aplicar-se-ia a LTE.

2.2 A influência da psicologia na delinquência juvenil

A psicologia enquanto ciência que se dedica ao estudo do comportamento e das funções mentais tem um papel decisivo na compreensão dos fatores que podem influenciar a delinquência juvenil.

Em primeiro lugar, cumpre examinar o desenvolvimento cognitivo dos jovens, baseado no estudo do desenvolvimento do cérebro, alicerçado na neurociência e na psicologia. Nos jovens, o desenvolvimento cognitivo acontece sobretudo por etapas. Como refere Piaget trata-se de um “processo de sucessivas mudanças qualitativas e quantitativas das estruturas cognitivas, derivando cada estrutura de estruturas precedentes”³⁹. Segundo os estudos levados a cabo por Chan Mora⁴⁰, o desenvolvimento suficiente da capacidade de abstração leva a uma maior e melhor capacidade para decidir, sobretudo no que diz respeito à valoração do delito e das suas possíveis consequências. Ora, como destaca Ana Rita Alfaiate, é aos 16 anos que há o culminar do índice de abstração, sendo esta idade a “barreira temporal” a partir da qual se pode considerar “que não existirão grandes diferenças entre o desenvolvimento cognitivo de um jovem e de um adulto”⁴¹. Desta forma, a análise feita até aqui parece corresponder ao critério adotado pelo legislador português, ao estabelecer a imputabilidade penal a partir dos 16 anos. Não obstante, Piaget chama a atenção para a necessidade de uma cautelosa e extensa análise ao desenvolvimento cognitivo do jovem para comprovar que o desenvolvimento cognitivo está a ser completado de forma equilibrada e adequada.

Apesar de o jovem ter um desenvolvimento cognitivo adequado, persistirão sempre algumas diferenças entre o jovem e o adulto. Neste sentido, surge a teoria do juízo moral de Kohlberg⁴², que de uma forma muito clara refere que “na sua ação, o jovem distingue-se do adulto pela incapacidade de ir além do plano evolutivo da

³⁹ Alfaiate, 2017, página 161.

⁴⁰ Alfaiate, 2017, página 162.

⁴¹ Alfaiate, 2017, página 162.

⁴² Alfaiate, 2017, página 163.

obediência à autoridade e a norma social, onde a moralidade é ditada por uma força externa: a da observação e do cumprimento das normas – leis e deveres”⁴³. Segundo o mesmo autor, a teoria moral começa a completar-se no final dos 16 anos, início dos 17. Desta forma existe uma faixa etária (15-17 anos) onde é difícil perceber se o jovem já completou o seu desenvolvimento.

Associado ao desenvolvimento cognitivo e ao desenvolvimento moral, existem uma série de fatores suplementares que se devem ter em consideração na análise da delinquência juvenil, fatores demográficos, psicológicos, sociais e externos. Começando por explorar estes, nomeadamente fatores educacionais, a teoria do laço de Hirschi ⁴⁴ ajuda-nos a compreender a influência da educação, do respeito pelos familiares, como elemento a ter em consideração. Segundo este criminólogo americano, uma criança que tenha uma ligação forte com os pais, saudável, baseada no respeito desde o início de vida, respeitará as regras e mais tarde terá mais facilidade em respeitar as normas sociais.

No que concerne aos aspetos sociais, Sutherland e Cressey’s⁴⁵ desenvolveram a teoria da associação diferencial, através da qual consideram que os comportamentos delinquentes, desviantes, são apreendidos ou transmitidos através de grupos mais íntimos. Se tivermos presente a realidade da sociedade do século XXI, onde o acesso à informação, a jogos violentos, a grupos marginais ou radicais é difusa e de difícil controlo, é inequívoca a existência de um conjunto de condições favoráveis ao recrudescer da delinquência nos jovens. Outra causa a ter em consideração é a dos jovens saírem de casa mais tarde. Ao estudarem até aos 22-25 anos vão ter uma dependência económico-financeira muito maior que as gerações anteriores. Esta dependência relativamente a pais e familiares vai fazer com que exista um amadurecimento mais tardio das novas gerações, afetando diretamente a sua capacidade de desenvolvimento, de crescimento e, até certo ponto, o de emancipação.

Na responsabilização penal dos jovens, entram alguns aspetos do desenvolvimento do cérebro. A incompletude de desenvolvimento de determinadas áreas do cérebro⁴⁶ pode comprometer a capacidade de culpa. No cérebro, o hipocampo,

⁴³ Alfaiate, 2017, página 164.

⁴⁴ Costa, 2018, página 15.

⁴⁵ Costa, 2018, página 17.

⁴⁶ A incompletude de determinadas áreas do cérebro não está relacionada, neste caso, com a figura da anomalia psíquica prevista no artigo 20.º do Código Penal.

isto é, uma estrutura localizada nos lobos temporais, é responsável pela memória e pela aprendizagem. A evolução desta estrutura cerebral é progressiva e considera-se que um ambiente rico em estímulos, como a “presença constante de afetividade por parte dos pais gera na criança um maior crescimento do hipocampo”⁴⁷. Apesar de a idade ser um fator determinante na percepção de comportamentos desviantes dos jovens, outros fatores assumem um papel fundamental na determinação do amadurecimento, do crescimento de uma pessoa. Deste ponto de vista, dois jovens com a mesma idade, mas com uma relação diferente com os pais a nível emocional e afetivo, podem apresentar diferenças na estrutura cerebral, levando a percepções da realidade e comportamentos completamente díspares⁴⁸.

Para além do hipocampo, a amígdala, enquanto grupos de neurónios, tem também um papel importante no desenvolvimento cerebral e na forma como o jovem se comporta. Este grupo de neurónios, para além de ser “responsável pela regulação do comportamento sexual e das emoções, em especial as da paixão, do amor da amizade e do afeto”, concentra e processa “a agressividade nas suas múltiplas vertentes: a raiva, o medo e a ansiedade”⁴⁹. Jovens com níveis educacionais mais elevados têm uma amígdala cerebral diminuída, em contrapartida, jovens com níveis educacionais e afetivos mais baixos têm uma amígdala cerebral maior, sendo mais agressivos, mostrando um comportamento social desadequado, com muitas dificuldades de inclusão na sociedade e de criação de laços afetivos. Ora, as amígdalas cerebrais influenciam a personalidade do menor de uma forma decisiva.

Por último, assume particular importância nesta matéria o córtex pré-frontal. Esta parte do cérebro é “responsável pela tomada de decisões, pelo controlo das emoções, e também pelo julgamento”⁵⁰. Em conjunto com a amígdala cerebral tem as funções relacionadas com o entendimento de regras, planeamento da ação e a sua execução. A particularidade do córtex pré-frontal é ser a região do cérebro que mais tempo demora a “amadurecer”, por volta dos 21 anos (às vezes, mais tarde).

Como já referimos, a delinquência juvenil está diretamente relacionada com aspetos cognitivos, mas não só. Os aspetos emocionais são muito importantes e devem ter-se em consideração. O período da adolescência caracteriza-se por uma certa

⁴⁷ Alfaiate, 2017, página 167 e 168.

⁴⁸ Alfaiate, 2017, página 168.

⁴⁹ Alfaiate, 2017, página 168.

⁵⁰ Alfaiate, 2017, página 170.

incapacidade dos jovens em “controlarem os impulsos, regularem as emoções, anteverem e avaliarem as consequências dos seus atos”⁵¹. Por definição é uma fase em que existe uma maior impulsividade e, dessa forma, os adolescentes estão “menos dispostos a pensar antes de agir e menos sensíveis quer aos castigos, quer à punição”⁵². Mesmo que exista um desenvolvimento cerebral equilibrado, adequado, deve ter-se presente que a “capacidade dos adolescentes para tomar decisões está limitada por se entender que o jovem formula juízos apressados, baseados em impulsos e emoções, sem pensar nas consequências”⁵³. Dessa forma, partilhamos a análise feita por João Miguel Fernandes⁵⁴, que refere: “até aos 13 anos, em regra, os menores não possuem uma moral independente dos seus pares e dos adultos; sendo também de notar que aos 17 anos de idade ainda estamos perante seres humanos em desenvolvimento, tanto a nível moral como mental”, para chegarmos à conclusão que a personalidade dos jovens ainda não está completamente estabelecida, o que influencia a conceção de culpa. Assim sendo, refere João Miguel Fernandes⁵⁵ que “o comportamento impulsivo, próprio da adolescência, comporta uma justificação ontogénica que surte influência direta no dever-fazer e, concomitantemente, na culpa do agente menor”.

No mesmo sentido, Anabela Miranda Rodrigues defende que não se pode considerar que um jovem menor de idade não tem “capacidade para «avaliar a ilicitude da sua conduta» ou «para se determinar de acordo com essa avaliação»”⁵⁶. Facto é que a personalidade do indivíduo, neste período de vida, ainda não está completamente formada. Assim sendo, consistindo a culpa jurídico-penal “num juízo de censura ético-social à personalidade do agente que fundamenta um facto ilícito-típico”⁵⁷, e não estando a personalidade do agente devidamente formada, não se poderá afirmar que o jovem tem uma personalidade contrária ao Direito e culpa no sentido jurídico penal.

Por tudo o que foi exposto acerca dos estudos da psicologia e do estudo do desenvolvimento cerebral, há quem considere (como é o caso de Ana Rita Alfaiate) que atualmente faz sentido a utilização de um critério subjetivista para ajudar a compreender e a combater o fenómeno da delinquência juvenil. Apesar de ser necessário e adequado

⁵¹ Couto, 2012, página 30.

⁵² Couto, 2012, página 30.

⁵³ Couto, 2012, página 32.

⁵⁴ Fernandes, 2016, página 4 e 5.

⁵⁵ Fernandes, 2016, página 7.

⁵⁶ Rodrigues, 1997, página 374.

⁵⁷ Rodrigues, 1997, página 374.

ter presente a idade do jovem, é fundamental compreender o seu desenvolvimento, o seu percurso e as suas características educacionais e sociais. Por outro lado, deve-se ter sempre presente os aspetos emocionais, relacionados com reações precipitadas, tomadas de decisão arriscadas, sem grande consciência das possíveis repercussões que certas atitudes podem ter, a médio-longo prazo. Só tendo em consideração todos estes fatores podemos combater e prevenir a criminalidade juvenil enquanto fenómeno complexo, o que levou a que em alguns países houvesse “excesso de intervenções” e “ausência de estratégias para lidar com este fenómeno”⁵⁸, sobretudo pelo não “reconhecimento de que tais comportamentos, independentemente do modo como são classificados, variam significativamente em termos da sua frequência, intensidade e trajetórias de evolução”⁵⁹.

Aproveitando exemplos de países como a Itália e a Alemanha, que apresentam sistemas jurídicos muito similares ao nosso, há uma série de medidas que poderiam ser adotadas. Na nossa opinião, fazia sentido optar-se por um sistema de mediação, como se verifica no direito italiano, em que o tribunal poderia optar por um processo jurisdição voluntária entre vítima-ofensor, no caso de o “jovem assumir a responsabilidade e a vítima concordar com o processo de mediação”⁶⁰. Também à semelhança do que acontece em Itália com os Institutos Penais para Menores, isto é, estruturas autónomas, idelizadas para albergarem e ressocializarem os jovens, fazia sentido investir-se na criação de infraestruturas similares que assegurassem dessa forma “o cumprimento das penas privativas de liberdade dos jovens e jovens adultos, aplicadas nos casos de crimes graves (até atingirem os 21 anos de idade)”⁶¹. Já no que concerne ao direito Alemão, parece-nos fazer sentido adotar-se uma “avaliação pré-sentencial, efetuada pelos serviços de segurança social para os tribunais”, envolvendo “a avaliação das características educativas, sociais e da personalidade, tendo em conta a avaliação dos fatores de risco da reincidência”⁶². Para além disso, impõe-se interligar o sistema judiciário e os serviços de segurança social com o objetivo de “avaliar as características sociais educativas e da personalidade dos jovens ofensores”⁶³, definindo outros meios de atuação e estratégias concretas para prevenir e combater a delinquência juvenil.

⁵⁸ Negreiros, 2001, página 119.

⁵⁹ Negreiros, 2001, página 119.

⁶⁰ Carneiro, 2014, página 61.

⁶¹ Carneiro, 2014, página 62.

⁶² Carneiro, 2014, página 52.

⁶³ Carneiro, 2014, página 51.

Capítulo III – O regime jurídico dos jovens adultos e as suas insuficiências - DL n.º 401/82, de 23 setembro.

O artigo 9º do CP estabelece uma disposição especial, referindo que “aos maiores de 16 anos e menores de 21 são aplicáveis normas fixadas em legislação especial”. As normas fixadas em legislação especial enquadram-se no regime penal aplicável a jovens delinquentes, criado pelo DL 401/82 de 23 de setembro. Saliente-se, desde já, que este DL tem suscitado, ao longo do tempo, controvérsia a nível jurisprudencial, fundamentalmente no que diz respeito à sua caracterização, não sendo unânime considerar-se como regime especial ou geral. Assim sendo, “enquanto para uns, como resulta, por ex., dos Acs. do STJ de 27-10-2004 (Proc. n.º 1409/04 - 3.ª, CJSTJ 2004, tomo 3, pág. 213) e de 28-06-2007 (Proc. n.º 1906/07 - 5.ª), o regime penal aplicável a jovens adultos não constitui um regime especial, mas o regime penal geral relativo aos jovens delinquentes, sendo o regime-regra de sancionamento penal aplicável a esta categoria etária, ou, como se afirmou no Ac. do STJ de 07-11-2007 (Proc. n.º 3214/07 - 3.ª), um regime específico e não um regime especial, para outros é considerado como regime especial que prevalece sobre o regime geral, subsidiariamente aplicável (cf. Ac. do STJ de 06-09-2006, CJSTJ 2006, tomo 3, pág. 181)”⁶⁴.

Na maior parte dos países, as opções político-criminais, no que diz respeito aos jovens delinquentes, têm “três orientações distintas: assimilação (pelo menos, em parte) aos menores, de maneira a fazê-los beneficiar de um sistema mais flexível, de jurisdição especializada; sujeição à jurisdição e às penas comuns (em certos casos, atenuadas), considerando-os como adultos; e sujeição a um tratamento específico”.⁶⁵

Em Portugal, na base da criação deste DL esteve a ideia central do jovem imputável ser merecedor de um tratamento diferente, especial, dada a sua fragilidade e o facto de a sua personalidade ainda estar em desenvolvimento. A ideia principal seria a flexibilização, compatibilização das medidas de correção, instituindo “um direito mais reeducador do que sancionador, sem esquecer que a reinserção social, para ser conseguida, não poderá descurar os interesses fundamentais da comunidade, e de exigir,

⁶⁴ Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29-04-2009 (Raul Borges).

⁶⁵ Santos, 2011, página 88.

sempre que a pena prevista seja a de prisão, que esta possa ser especialmente atenuada”⁶⁶.

Ora, o art. 4º do DL 401/82 corresponde a um dos “casos expressamente previstos na lei”, a que alude o n.º 1 do art. 72.º do CP⁶⁷, sendo que a atenuação especial ao abrigo deste regime especial: “não é de aplicação necessária e obrigatória; não opera de forma automática, sendo de apreciar casuisticamente; é de conhecimento oficioso; não constitui uma mera faculdade do juiz, mas antes um poder-dever vinculado que o juiz deve (tem de) usar sempre que se verifiquem os respetivos pressupostos, sendo de concessão vinculada; é de conceder sempre que procedam sérias razões para crer que da atenuação resultam vantagens para a reinserção social do jovem condenado, sendo em tais circunstâncias obrigatória e oficiosa; não dispensa a ponderação da pertinência ou inconveniência da sua aplicação e impõe que se justifique a opção ainda que se considere inaplicável o regime, isto é, deve ser fundamentada a não aplicação”⁶⁸.

O nosso estudo e análise centra-se fundamentalmente em três artigos, que suscitam grandes problemas de aplicação prática, e que de uma forma clara deviam ser reformulados. Falamos, neste sentido, dos artigos 4.º, 5.º e 6.º do DL 401/82.

Fazendo, de forma introdutória, uma breve reflexão acerca do artigo 1.º do DL 401/82, este estabelece o âmbito de aplicação deste regime, tipificando a que jovens se aplica este diploma, definindo o conceito de jovem e excluindo deste diploma os “jovens penalmente inimputáveis em virtude de anomalia psíquica”⁶⁹. O primeiro grande enfoque está relacionado com a faixa etária definida no artigo 1.º n.º 2 do DL 401/82. Nesse artigo “a definição arranca da data da prática do crime”⁷⁰, o que não se verifica nos artigos 5.º e 6.º do diploma. Numa primeira fase, a proposta, no que diz respeito ao limite etário, “incluía jovens até aos 25 anos”, mas devido ao irrealismo de tal proposta alicerçada no facto dos “jovens com menos de 25 anos constituírem mais de 40% dos reclusos”⁷¹, fez com que se fixasse o limite máximo nos 21 anos de idade.

⁶⁶ Cfr. Ponto 4 do preâmbulo do DL n.º 401/82, de 23 de setembro.

⁶⁷ Estatui o artigo 72º n.º 1 do CP: “O tribunal atenua especialmente a pena, para além dos casos expressamente previstos na lei, quando existirem circunstâncias anteriores ou posteriores ao crime, ou contemporâneas dele, que diminuam por forma acentuada a ilicitude do facto, a culpa do agente ou a necessidade da pena.”

⁶⁸ Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29-04-2009 (Raul Borges).

⁶⁹ Cfr. Artigo 1º n.º 3 do DL n.º 401/82, de 23 de setembro.

⁷⁰ Procuradoria da República junto do Tribunal Família Lisboa, s.d., página 91.

⁷¹ Procuradoria da República junto do Tribunal Família Lisboa, s.d., página 91.

1. O artigo 4.º do DL 401/82: atenuação especial da pena – análise jurisprudencial.

O artigo 4.º do DL 401/82 estabelece uma atenuação especial relativamente a jovens. Neste âmbito, se o juiz considerar que da atenuação especial da pena resultarão vantagens para a ressocialização do jovem, deverá proceder a essa atenuação, a partir dos mecanismos previstos nos artigos 73.º do CP. A atenuação especial vai funcionar como um “critério de dosagem de fixação das penas de prisão e multa, independentemente dos aspetos ou da forma da sua execução efetiva, em virtude da menoridade do agente”⁷². Para se proceder a uma concreta e efetiva atenuação especial deve-se ter em consideração que a “atenuação especial da pena tem de emergir de um julgamento do caso concreto (...) - que incuta na convicção do juiz a crença em sérias razões de que para o arguido resultam vantagens para a sua reinserção”⁷³, de acordo com o apuramento de todas as circunstâncias necessárias para avaliar de uma forma cabal a personalidade do jovem e as suas condições pessoais, não sendo suficiente o mero arrependimento do jovem.

Como já tivemos oportunidade de referir, o tribunal, na aplicação ao jovem delinquente do regime especial, deve ter em atenção a sua conduta e o tipo legal de crime pelo qual vai ser punido. Tendo presente estes aspetos determinantes para a aplicação deste regime, vamos proceder a uma breve análise de casos reais, tendo por base alguns acórdãos.

Num primeiro caso⁷⁴, temos uma situação protagonizada por um jovem de apenas 20 anos que preencheu com a sua conduta três tipos legais de crimes, previstos e punidos no CP, sendo eles: crime de incêndio, crime de detenção ilegal de arma e crime de homicídio qualificado. Ora, na primeira instância o arguido foi condenado, em cúmulo jurídico a 18 anos de prisão. Em sede de recurso, a defesa alegou, entre outras circunstâncias, o facto de o arguido ter apenas 20 anos de idade, ser delinquente primário, ter confessado os factos integralmente e sem reservas, estar arrependido e, à data da prática dos factos, viver com dificuldades económicas, estando inserido num bairro socialmente degradado. Concluía a defesa, considerando que se devia proceder a

⁷² Madeira, s.d., página 15.

⁷³ Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29-04-2009 (Raul Borges).

⁷⁴ Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29-04-2009 (Raul Borges).

uma atenuação especial da pena, visto tratar-se de um jovem delinquente. A decisão do Supremo Tribunal de Justiça chamou a atenção para o seguinte: “no juízo de prognose positiva imposto ao aplicar o artigo 4º há que considerar a globalidade da atuação e da situação pessoal e social do jovem, o que implica o conhecimento da sua personalidade, das suas condições pessoais, da sua conduta anterior e posterior ao crime, não se podendo atender de forma exclusiva (ou desproporcionada) à gravidade da ilicitude ou da culpa do arguido”⁷⁵. Já no que concerne à perspectiva da ressocialização, chama o referido acórdão a atenção, para decisões⁷⁶, no sentido de uma “interpretação algo diferente do artigo 4º”, onde se considerou que “a gravidade do crime praticado e o grau de ilicitude do facto (...) não podem aqui ser considerados senão para efeitos de medida concreta da pena, depois de achada a moldura aplicável ao caso”, o que nos levanta algumas dúvidas e inquietações. Neste sentido, parece que para este tribunal tem de se atender à gravidade do crime, embora não de modo desproporcionado. A partir do momento, em que se prove, como foi o caso no presente acórdão, que existiram “contornos de violência” grave⁷⁷, “não se vê como pode o julgador alhear-se da gravidade do comportamento ajuizado, não podendo olvidar-se que estamos perante um homicídio qualificado, por produzido em circunstâncias que revelam especial censurabilidade e perversidade do agente, e face a esta qualificação, que tem como fundamento a agravação da culpa, uma culpa mais grave, como se poderá compaginar um quadro com tais contornos com a necessária culpa mitigada que deve ancorar a solução de atenuação, em geral, e no que se reporta à situação dos jovens”⁷⁸. Na nosso entendimento, apesar de estarmos perante um regime especial, aplicado a jovens em circunstâncias especiais, há casos (como o versado no acórdão que *supra* se refere), em que a gravidade do crime, a censurabilidade e perversidade do agente é de tal modo evidente que deve prevalecer a pena sem atenuação, a pena justa, proporcional, sob pena de se criarem graves injustiças.

Noutro caso mais recente⁷⁹, um jovem de 19 anos foi condenado em co-autoria pela prática de um crime de roubo, agravado pelo resultado morte, previsto e punido pelo art.º 210.º, n.ºs 1 e 3, do CP na pena de 12 anos de prisão. Na sequência deste

⁷⁵ Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29-04-2009 (Raul Borges).

⁷⁶ Como a que se encontra no Acórdão de 06-09-2006, processo n.º 1916/06.

⁷⁷ Noutras decisões relacionadas com crimes de homicídio qualificado, o Supremo tribunal Justiça afastou a atenuação especial prevista no artigo 4.º do DL 401/82 (ex: Acórdãos de 18-02-2009, processo n.º 100/09-3ª e de 12-03-2009, processo n.º 3773/08-5ª).

⁷⁸ Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29-04-2009 (Raul Borges).

⁷⁹ Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 31-03-2016 (Helena Moniz).

crime retira-se da decisão do tribunal um aspeto curioso - afirma-se que, se estivéssemos a falar de um crime apenas de ordem económica, poderia utilizar-se o regime especial para jovens delinquentes, que seria mais benévolo. Portanto, a dúvida concreta centra-se no facto de poder ou não restringir-se a aplicação do regime previsto no DL n.º 401/82, em função da natureza do crime. Efetivamente, a letra da lei é omissa relativamente à natureza do crime, sendo clarividente que a única referência expressa no artigo 4.º está relacionada com as vantagens para a ressocialização do jovem. Já a decisão segue a lógica da gravidade do crime em que “para além da lesão de bens jurídicos patrimoniais, foram lesados bens jurídicos pessoais, especialmente tendo em conta o modo de atuação cujas consequências não foram devidamente avaliadas pelos arguidos, pelo arguido/recorrente”⁸⁰, não podendo o Supremo Tribunal de Justiça utilizar o mecanismo previsto no artigo 4.º do DL 401/82. Na nossa opinião e salvo melhor entendimento, a atenuação especial prevista no artigo 4.º do DL 401/82 deve ser sempre considerada pelo Tribunal, independentemente do tipo de crime, apenas podendo-se concluir no sentido de atenuação ou não atenuação da pena. A análise deve ser feita caso a caso, no entanto parece-nos que dada a gravidade do crime (morte de uma pessoa) e, principalmente, o modo de atuação dos arguidos (foi tudo pensado e preparado, sendo mesmo referido pelo tribunal que “o modo de execução do crime, consequência de uma reflexão e ponderação prévias, não evidenciam um bom prognóstico no sentido da ressocialização do delinquente”) leva a que não seja possível utilizar o mecanismo previsto no artigo 4.º do DL 401/82. Apesar de se poder considerar que não é um crime tão grave como o exposto no acórdão anterior, o mais relevante nesta decisão é “a gravidade do comportamento, as fortes exigências de prevenção geral e a culpa grave do arguido”, que levam a que, neste caso, o arguido deva ser punido com uma “pena próxima do seu limite superior”.

Algumas decisões jurisprudenciais têm entendido que “o poder de atenuar especialmente a pena aos jovens delinquentes é um verdadeiro poder-dever, isto é, perante a idade entre 16 e 21 anos do arguido, o tribunal não pode deixar de investigar se se verificam as sérias razões a que se refere o DL n.º 401/82 de 23/09 e se tal acontecer não pode deixar de atenuar especialmente a pena”⁸¹. Num acórdão decidido pelo Tribunal da Relação de Guimarães, em abril de 2017, um jovem de apenas 16 anos,

⁸⁰ Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 31-03-2016 (Helena Moniz).

⁸¹ Cfr. Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 03-04-2017 (Fernando Chaves).

na primeira instância, foi condenado na prática de um crime de coação agravada e um crime de violação agravada, previstos e punidos nos artigos 154.º e 155.º, n.º 1, al. a) e 164.º e 177.º, n.º 5 do CP, respetivamente. No acórdão recorrido, a decisão, ponderando a jovem idade do arguido e a falta de antecedentes criminais, foi no sentido da aplicação do regime especial para jovens delinquentes. Apesar disso, o Ministério Público fundamentou a interposição do recurso no facto de existir um processo tutelar “pela prática de 4 ilícitos penais contra a propriedade e 1 contra a liberdade pessoal” instaurado contra o jovem e pela gravidade do crime cometido (violação agravada). Na nossa perspetiva, é com grande surpresa e perplexidade que vemos o Tribunal da Relação de Guimarães, face aos factos dados como provados e a todas as circunstâncias do caso, decidir pela improcedência do recurso. O Tribunal justifica a sua decisão com o facto de a situação ter ocorrido “em contexto institucional e num período transitório da vida do arguido sem aparentes manifestações de recidiva, inculcam no sentido de que a atenuação especial das penas irá facilitar o propósito da ressocialização” e considera que o arguido “deverá ser adequadamente sancionado, entende-se a atenuação especial compatível com as exigências mínimas de defesa da ordem jurídica e garantia de proteção dos bens jurídicos tutelados pelas normas desrespeitadas”. Não nos parece adequado que um jovem que já se encontra institucionalizado, tendo sido alvo de um processo tutelar, tendo já praticado factos tipificados como crimes e, dada a sua “evolução criminosa”, veja a sua pena atenuada. O jovem deve ser sempre salvaguardo e protegido, sem dúvida, mas é necessário ter em conta a proteção da sociedade e a necessidade de reprimir condutas delinquentes. Dessa forma, existiu num primeiro momento um cuidado e um objetivo específico: institucionalizar o jovem, educá-lo e ressocializá-lo. Se todo este processo, centrado na prevenção especial, falhar (como parece ser o caso), parece-nos adequado recusar a atenuação especial por razões de prevenção geral. Apesar de a letra da lei se centrar na prevenção especial, onde se refere claramente que “da atenuação resultem vantagens para a reinserção social do jovem condenado”⁸², parece-nos que se devia ter em conta a necessidade de prevenção geral em função da natureza do crime e das circunstâncias em que é cometido. Neste caso, o jovem não é primário, já foi alvo de um processo tutelar e já esteve institucionalizado. Ainda assim, comete um crime de violação agravada. Apesar de, no nosso

⁸² Cfr. artigo 4.º do DL 401/82, de 23 de setembro.

entendimento, no âmbito do artigo 4.º do DL 401/82, ser sempre necessário ponderar a atenuação especial, o respeito mínimo pela prevenção geral deverá prevalecer.

Por último, no que respeita à atenuação especial prevista no artigo 4.º do DL 401/82, cumpre-nos referir outra decisão jurisprudencial⁸³, que, no nosso entender, está bem fundamentada, é ajustada e pertinente. A arguida, à data da prática dos factos, era uma jovem de 20 anos e foi condenada pela prática de um crime de tráfico agravado de estupefacientes, previsto e punível pelos artigos 21º, n.º 1 e 24º, alínea h), do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, na pena de 6 anos de prisão. O acórdão recorrido “admite que a arguida se apresenta como uma jovem imatura e com fraca capacidade para antever as consequências dos seus atos” e “reconhece-lhe irresponsabilidade social”, enquanto “se revela uma jovem cordial e afável ao trato, com capacidades ao nível do relacionamento inter-pessoal e da comunicação...” e que “... dispõe de apoio estruturado por parte da progenitora, com quem vive”, justificando assim a aplicação dos artigos 1.º e 4.º do DL 401/82, de 23 de setembro. Em sentido contrário, o Supremo Tribunal de Justiça vai considerar que: “nos crimes de tráfico de estupefacientes, as finalidades de prevenção geral impõem-se com particular acuidade, desde logo pela forte ressonância negativa, na consciência social, das atividades que, em geral, os consubstanciam. São conhecidas as muito graves consequências do consumo de estupefacientes, não só ao nível da saúde dos consumidores, como também no plano da desinserção social e familiar que lhe anda quase sempre associada”, não sendo possível utilizar o mecanismo da suspensão da pena de prisão uma vez que a “suspensão da execução da pena de prisão tem de realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição. Se as não realizar, a suspensão não deve ser decretada.”. Neste caso não se pode concluir que a “simples censura do facto e a ameaça do cumprimento da pena pudessem ainda realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição: a proteção dos bens jurídicos e a reintegração da arguida na sociedade (art. 40.º do CP).”. A arguida já tinha cometido três crimes de tráfico de estupefacientes, devendo considerar-se, de acordo com as necessidades de prevenção e dada a especificidade do crime (“no crime de tráfico de estupefacientes o bem jurídico primordialmente protegido é a saúde pública em conjugação com a liberdade do cidadão - aqui se manifestando uma alusão implícita à dependência e aos malefícios que a droga gera), cuja elevada gravidade é patenteada pela sanção aplicável (agravada) de 5 a 15 anos de

⁸³ Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 04-06-2014 (Oliveira Mendes).

prisão e cujas necessidades de prevenção são prementes”, o afastamento da atenuação especial da pena prevista no artigo 4.º do DL é inevitável, sendo justa a aplicação da pena efetiva de prisão em 6 anos de prisão.

Como já fizemos referência na análise ao acórdão anterior, apesar de a letra da lei se centrar na atenuação especial, não podemos deixar de ter presentes as necessidades de prevenção geral. No nosso entender, existem casos em que, face à gravidade do crime cometido e às necessidades de prevenção geral, impõe-se, apesar de ser sempre necessário considerar a atenuação especial, não atenuar a pena do jovem delinquente.

1.1 Possibilidade de atenuação da pena de multa ao abrigo do regime previsto no artigo 4.º do DL 401/82.

No âmbito da atenuação especial da pena, prevista no artigo 4.º do RJAPD, têm entendido os tribunais superiores⁸⁴ que só é suscetível de atenuação especial a pena de prisão. Relativamente à pena de multa são avançados alguns argumentos que permitem compreender o porquê da não aplicação do regime especial: “(i.) as considerações preambulares; (ii.) a letra da lei (as palavras da norma – artigo 4.º do RPAJD – na sua literalidade são, dizem, inequívocas) e (iii.) as conexões que a norma estabelece com outras normas do mesmo diploma parece fazer deste, afinal, um não problema”⁸⁵.

Os argumentos de quem defende a atenuação especial restrita, isto é, a atenuação especial da pena de prisão e não da pena de multa, relacionam-se, como referimos, com o preâmbulo do RPAJD, onde se estabelece que “o regime especial para jovens procura evitar a aplicação de medidas de prisão com os inerentes malefícios criminógenos da prisão nos jovens adultos”, riscos e malefícios que não se verificam na aplicação da pena de multa⁸⁶. Por outro lado, no artigo 4.º refere-se expressamente “se for aplicável pena de prisão”, não existindo nenhuma referência expressa à pena de multa. Em último lugar, os artigos 4.º, 5.º e 6.º do DL 401/82 apresentam sempre como pressuposto a

⁸⁴ Esteves, 2019, página 3.

⁸⁵ Esteves, 2019, página 3.

⁸⁶ Figueiroa, 2010, página 163-165 – “..na pena de multa não ocorrem os riscos inerentes à pena de prisão e não existem razões de integração do agente na sociedade que justifiquem um regime especial”

aplicação da pena de prisão, não existindo nenhuma razão para a aplicação do regime previsto no artigo 4.º à pena de multa.

De forma a rebater todos os argumentos apresentados, existe quem defenda a tese da atenuação especial geral. Desta forma, entendem que relativamente à tese da conexão das normas do RPAJD (que falam, para todos os efeitos, em aplicação da pena de prisão) “não há qualquer razão para cada uma dessas normas não se poder referir a penas de natureza diferente e, mesmo assim, constituírem, as três, um todo lógico e coerente”⁸⁷. À luz do CP de 1882, um assento do STJ veio defender a tese da pena de multa poder ser especialmente atenuada, considerando-se que “... sendo a pena de prisão mais grave que a pena de multa, quanto a esta não possa o réu beneficiar de uma redução aquela aplicável... As determinantes gerais de uma e de outra das penas de prisão e de multa são da mesma natureza, e por isso, a sua duração deve informar-se das mesmas razões e ser sujeita a idênticas regras...”⁸⁸. Assim sendo, é inevitável considerar-se que “há ferramentas interpretativas que permitem, com segurança, fazer pelo menos corresponder a expressão “se for aplicável pena de prisão” a todos os crimes puníveis com pena de prisão (e, portanto, também a todos os crimes puníveis com pena de prisão e de multa e a todos os crimes puníveis com pena de prisão ou de multa), podendo aplicar-se, portanto, diretamente ao caso essa norma (artigo 4.º do RPAJD) ”⁸⁹. Não se optando por uma atenuação especial geral, está-se a contrariar a *ratio* do artigo 9.º do CP, estabelecendo-se um regime especial para jovens delinquentes mais gravoso do que o regime geral. No regime geral, presente no artigo 72.º do CP, a atenuação da pena aplica-se quer à pena de multa quer à pena de prisão. Neste sentido, não se compreende como é que no RPAJD se restringe a atenuação especial à pena de prisão, não aplicando o mesmo preceito à pena de multa. Concluímos desta forma que existe uma ambiguidade de regimes acerca da mesma ideia – atenuação especial da pena. A solução poderia passar por uniformizar o regime especial (RPAJD) no mesmo sentido do regime geral (CP).

⁸⁷ Esteves, 2019, página 6.

⁸⁸ Esteves, 2019, página 9.

⁸⁹ Esteves, 2019, página 16.

2. O artigo 5.º do DL 401/82 – aplicação subsidiária da legislação relativa a menores.

No artigo 5.º do DL 401/82 estabelece-se a aplicação subsidiária da legislação relativa a menores, concretamente as medidas previstas no artigo 18.º do DL n.º 314/78, de 27 de outubro. Neste sentido, de acordo com a redação do artigo 5.º, sempre que “corresponda pena de prisão inferior a 2 anos” e “consideradas a personalidade e as circunstâncias do facto”, pode o juiz aplicar uma série de medidas, nomeadamente, como refere Barbara Madeira⁹⁰: “admoestação; entrega aos pais, tutor ou pessoa encarregada da sua guarda; imposição de determinadas condutas ou deveres; acompanhamento educativo; colocação em família idónea; colocação em estabelecimento oficial ou particular de educação”, entre outros. No entanto, é de referir que o DL 314/78, de 27 de outubro foi revogado, existindo neste âmbito um vazio legal, tornando “os jovens desta faixa etária mais desprotegidos, uma vez que lhes deixaria de ser aplicável qualquer medida alternativa ou substitutiva da pena privativa de liberdade”⁹¹. O jovem menor está, portanto, numa situação de desigualdade, uma vez que é sujeito a um regime penal desfavorável face aos jovens maiores de 18 e menores de 21 anos, aos quais se aplicam as medidas de correção do art. 6º.

Para resolver esta situação, “impõe-se que a remissão (do art. 5º nº 1) opere agora para o artigo 4.º da LTE” como defende Carolina Girão Santos ⁹² e Taipa de Carvalho⁹³. Na nossa perspetiva, a interpretação de Taipa de Carvalho é que faz mais sentido, pois adota uma perspetiva atualista, remetendo do artigo 5.º do RPAJD para as medidas previstas no 4.º da LTE, que revogou o artigo 18.º do DL n.º 314/78. Ao acautelar, em sede da LTE, medidas específicas para a prática de crimes de menor gravidade, permitia-se que o combate à criminalidade juvenil, no que diz respeito a uma idade de transição, suscetível de várias alterações comportamentais, fosse realizada de uma forma mais integrada e completa.

⁹⁰ Madeira, s. d., página 16.

⁹¹ Santos, 2011, página 88.

⁹² Santos, 2011, página 88.

⁹³ Carvalho, 2016, página 476.

3. O artigo 6.º do DL 401/82 – medidas de correção.

Se o artigo 5.º do DL 401/82 é aplicável aos jovens com menos de 18 anos, o artigo 6.º estabelece a aplicação de “medidas de correção” aos jovens entre os 18 e os 21 anos, em detrimento da pena de prisão, sempre que, ponderadas “as circunstâncias do caso” e a “personalidade do jovem”, se possa afirmar que a “pena de prisão até dois anos não é necessária nem conveniente à sua reinserção social”. Relativamente ao artigo 6.º do DL 401/82 importa esclarecer que “a pena de prisão até 2 anos” diz respeito à pena concreta⁹⁴.

O artigo 6.º n.º 2 do DL 401/82 estabelece, de uma forma clara, as quatro espécies de medidas de correção que podem ser aplicadas. Neste âmbito faz-se referência a medidas de correção como verdadeiras penas de substituição da pena privativa da liberdade.

Como salienta Carolina Girão Santos⁹⁵, corroborando as palavras de Figueiredo Dias, “são finalidades exclusivamente preventivas, (...) não de compensação da culpa, que justificam (e impõem) a preferência por uma (...) pena de substituição e a sua efetiva aplicação”. A culpa, por sua vez, tem um papel determinante no “momento da determinação da pena, quer na medida pena de prisão (necessária como pressuposto da substituição), quer na medida da pena de substituição”⁹⁶, sendo considerada ilegítima no que concerne à escolha do tipo de pena.

Ao analisar detalhadamente o artigo 6.º do DL 401/82, a formulação pela negativa deste artigo (“não é necessária nem conveniente à sua reinserção social”) suscita grandes dúvidas, podendo considerar-se que não é a mais correta. Neste sentido, a formulação pela negativa deste artigo considera-se inadequada, pois pode-se entender que a prevenção geral foi relegada para segundo plano, defendendo-se que o jovem no limiar da maturidade é mais facilmente ressocializado. Como defende Anabela Rodrigues⁹⁷, apesar da “sociedade tolerar uma certa “perda” em sede de prevenção geral, conformando-se com a aplicação de uma medida de correção, todavia, quando esta for perspetivada pela comunidade como injustificada indulgência e prova de

⁹⁴ Cfr. Acórdão Tribunal da Relação do Porto de 27-06-2019 (Maria Deolinda Dionísio)

⁹⁵ Santos, 2011, página 92.

⁹⁶ Santos, 2011, página 92.

⁹⁷ Santos, 2011, página 94.

fraqueza face ao crime, quaisquer razões de prevenção especial que acolhessem a aplicação de uma medida de correção recuam, havendo lugar à aplicação da pena de prisão”. Existe, claramente, uma prevalência da prevenção especial, isto é, a prioridade passa pela ressocialização do indivíduo.

No que concerne à admoestação, prevista especificadamente no artigo 7.º do DL 401/82, a opinião de Bárbara Madeira é que esta medida de correção “deveria ser feita no gabinete do juiz – decorrendo na sala de audiência apenas a leitura da sentença – e na presença de poucas pessoas”⁹⁸, uma vez que só desta forma se pode respeitar e cumprir o que é preceituado no artigo, relativamente ao “resguardo pela esfera social do jovem”. Se estamos a falar de uma “solene advertência”, por um crime cometido por um jovem ao qual podia ser aplicada pena de prisão até dois anos, parece-nos demasiado redutor que esta advertência se faça num gabinete de um juiz. Não se trata de humilhar o jovem, mas chamar a atenção, perante a comunidade, para que o jovem tome consciência da gravidade da situação e possa alterar o seu comportamento futuramente.

Já no que diz respeito à imposição de determinadas condutas, o artigo 8.º do DL 401/82 tem o mérito de pretender retirar o jovem da prisão, evitando os seus malefícios numa idade passível de influências negativas. Curiosamente, estabelece o legislador no artigo 8.º n.º 2 que o “não cumprimento culposo de qualquer das obrigações impostas pelo juiz determinará o internamento em centros de detenção”. Estando perante uma medida de substituição é de louvar que o legislador adote um mecanismo mais benéfico para o jovem, sendo que, em último caso, e estando nós perante uma “medida de substituição” face ao seu não cumprimento culposo, a medida possa ser a pena efetiva de prisão. No entanto, apesar deste excelente mecanismo adotado pelo legislador, os centros de detenção ainda não foram criados. Há uma necessidade urgente na criação de centros de detenção com condições para a efetiva reabilitação, educação e formação do jovem delinquente, sob pena de estarmos perante “uma situação materialmente igual à da aplicação da pena de prisão”⁹⁹.

A multa, enquanto medida de correção prevista no artigo 9.º do DL 401/82, apresenta algumas incongruências. A parte final do artigo 9.º n.º 1 estabelece que na pena de multa deve procurar-se afetar “unicamente o património do jovem”. Ora, estando perante jovens com idades compreendidas entre os 18 e 21 anos, mesmo que já

⁹⁸ Madeira, s. d., página 18.

⁹⁹ Santos, 2011, página 96 e 97.

trabalhem e tenham alguma autonomia financeira, dificilmente poderão comportar a totalidade do pagamento de uma multa. Por outro lado, a tendência atual é, na faixa etária prevista para as medidas de correção, os jovens ainda estarem dependentes de terceiros. Se assim é, a disparidade e a desigualdade vai ser maior, tratando-se de uma “discriminação intolerável entre os jovens provenientes dos agregados mais ou menos abonados, sempre que os familiares os substituam no pagamento de uma sanção que, como toda a pena, se pretende de natureza pessoalíssima”¹⁰⁰. No âmbito desta medida de correção, faria sentido, isolada ou cumulativamente, criar-se uma medida de prestação de trabalho a favor da comunidade, com o enfoque na mudança de atitude do jovem e não na penalização a nível patrimonial, que muitos vezes não é uma consequência direta para o próprio, como já vimos.

Por último, o artigo 10.º do DL 401/82 prevê a última medida de correção: o internamento em centros de detenção. Esta medida apresenta um limite temporal, “período mínimo de 3 meses e máximo de 6 meses”, e pode ser cumprida em regime de internato, semi-internato e de detenção em fim de semana. Apesar de esta medida ser um pilar preponderante em todo o regime especial aplicável aos jovens delinquentes, facto é que necessita de uma rápida reconfiguração e atualização. A “solução encontrada para a instalação dos centros de detenção em secções, ainda que inteiramente separadas, de estabelecimentos prisionais (artigo 31.º n.º 1 e 2 do DL n.º 90/83)”¹⁰¹, não evitaria os efeitos crimonógenos da prisão nos jovens delinquentes internados nestes centros de detenção.

No nosso entendimento, a solução para a reconfiguração desta medida de correção passaria, concordando com o entendimento de Carolina Girão Santos, “pela criação da pena de internamento em centro de detenção, substitutiva da pena de prisão aplicada até 5 anos”¹⁰². Neste sentido, e seguindo os artigos 7.º, 8.º e 9.º da Proposta 275/VII, existiriam “três modalidades de execução: internamento propriamente dito, internamento por dias livres e internamento em semi-detenção (regime bifásico composto pelo internamento e por um período de liberdade sob orientação e acompanhamento”¹⁰³).

¹⁰⁰ Santos, 2011, página 97.

¹⁰¹ Santos, 2011, página 98.

¹⁰² Santos, 2011, página 99.

¹⁰³ Santos, 2011, página 99.

No que diz respeito à criação e reorganização dos centros de detenção, como refere Bárbara Madeira¹⁰⁴, não devem ser “implementados em povoações, onde já existem cadeias, isto para evitar imagens negativas em relação ao que se pretenda dos aludidos Centros” e devem ter pessoal com formação específica, preparados para lidar com jovens delinquentes. Por último, com a “criação de centros de detenção de diferentes tipos, para grandes e pequenos delinquentes”¹⁰⁵, integrando e tratando de forma diferente delinquentes primários e reincidentes, para crimes com menor e maior gravidade, os objetivos dos respetivos centros seriam mais facilmente atingidos.

Para além de todas estas melhorias, seria ainda de grande importância existir um plano de acompanhamento para cada jovem, que com a ajuda de profissionais especializados ajudaria na reintegração, evitando a reincidência.

¹⁰⁴ Madeira, s. d., página 21.

¹⁰⁵ Santos, 2011, página 100, *vide* o Parecer do Sindicato de Magistrados do Ministério Público relativo ao projeto de Proposta de Lei que aprova o Regime Penal Especial para jovens entre os 16 e os 21 anos, http://www.smmp.pt/wp-content/parecer_smmp_projeto_proposta_lei_alteracao_cpp-10-03-2010.pdf.

Capítulo IV – Garantias processuais relativas aos menores – transposição da diretiva 800/2016 – Lei n.º 33/2019

A 11 de maio de 2016 surgiu a Diretiva do Parlamento e do Conselho Europeu, relativa às garantias processuais para os menores suspeitos ou arguidos em processo penal. Com este ato legislativo, o legislador europeu afirma pela primeira vez que “é necessário ponderar o superior interesse da criança e o seu grau de maturidade antes de decidir submetê-la à aplicação do direito de *última ratio*”¹⁰⁶. De uma forma clara e inovadora estabelecem-se preocupações respeitantes às condições específicas do agente do facto e não da vítima. Tendo em consideração o processo potencialmente estigmatizante associado ao direito penal, “impõe-se afastar do direito penal o jovem que não reúna as características essenciais para o vivenciar, respeitando até, desse jeito, o específico modo de ser do direito penal”¹⁰⁷.

A Diretiva 2016/800 aplica-se a “suspeitos ou arguidos em processo penal” e “ou contra os quais tenha sido instaurado um mandato de detenção Europeu”¹⁰⁸. O legislador europeu optou por não exigir uma uniformização da idade da responsabilização penal, referindo no artigo 5.º n.º 4 que “a presente diretiva não afeta as normas nacionais que estabelecem a idade da imputabilidade penal”. Esta opção pela não uniformização deveu-se, “mais aos constrangimentos que essa harmonização acarretaria até ser feita em definitivo do que propriamente a uma certeza de que essa não seja uma boa solução”¹⁰⁹.

Estabelece a Diretiva do Parlamento e do Conselho Europeu que o seu âmbito de aplicação, em termos de faixa etária, situa-se nos menores de dezoito anos. No entanto, conforme se estabelece no artigo 2.º, o limite etário só se impõe no momento inicial, isto é, no momento em que o menor é suspeito ou acusado de uma infração penal. Se porventura, o menor no desfecho do processo já tiver mais de dezoito anos, este facto não invalida a aplicação da diretiva. Como já vimos, em Portugal, para se falar de um “facto punível pela lei penal o jovem tem que ter mais de dezasseis anos no momento da prática do facto, independentemente do momento em que se torna suspeito ou acusado

¹⁰⁶ Alfaiate, 2017, página 158.

¹⁰⁷ Alfaiate, 2017, página 158.

¹⁰⁸ Cfr. artigo n.º 1 da Diretiva n.º 2016/800 do Parlamento Europeu e do Conselho.

¹⁰⁹ Alfaiate, 2014, página 192.

da prática criminosa e independentemente do momento do desfecho do processo”¹¹⁰. O âmbito de aplicação subjetiva da diretiva 800/2016 em Portugal são jovens com idade entre os dezasseis e os dezoito anos.

Há uma questão que não está expressamente prevista na diretiva e pode levantar algumas dúvidas. Imaginemos que o agente, com mais de dezasseis anos, comete um facto tipificado como crime, mas só se torna suspeito ou arguido quando já tem mais de dezoito anos. Em Portugal, o artigo 3.º do CP estabelece que o momento relevante, em matéria de aplicação da lei penal no tempo é o “momento em que o agente actuou” ou, no caso de omissão o momento em que “deveria ter actuado”. Porém, o que se afirma é que o momento relevante para efeitos de aplicação da diretiva, é o momento em que o agente se torna suspeito ou arguido. Na nossa opinião e corroborando o entendimento de Ana Rita Alfaiate e Helena Moniz¹¹¹, não parece existir nenhum entrave a considerar o momento da prática do facto, para efeitos de alargamento das garantias de processo penal.

Tendo em consideração o texto da diretiva propriamente dito, iremos fazer uma breve referência às suas principais preocupações. Em primeiro lugar, refira-se o direito à informação, estabelecido no artigo 4.º. Quando um menor é considerado suspeito ou arguido em processo penal existe, desde logo, um objetivo específico – informar o menor dos seus direitos. O direito à informação diz respeito, por exemplo, a uma “breve explicação sobre os trâmites processuais seguintes”, o direito “a um exame médico na fase mais precoce e oportuna do processo” e quando um menor for privado da liberdade, “deve ser fornecida por força da diretiva uma Carta de direitos”¹¹². Ainda relativamente ao direito à informação importa fazer referência ao artigo 5.º em que se estabelece que o titular da responsabilidade parental deve ser informado. Neste sentido, a proposta reconhece “o titular das responsabilidades parentais como representante máximo do menor e retira daí a consequência de tratar-se de um precioso auxiliar na prossecução dos fins de educação e ressocialização que se pretendem imputar às penas nestas situações”¹¹³. Para além do titular das responsabilidades parentais faz-se referência, na

¹¹⁰ Alfaiate, 2014, página 193 e 194.

¹¹¹ Alfaiate, 2015, página 52.

¹¹² Cfr. considerandos 19 a 21 da diretiva 800/2016 do Parlamento Europeu e do Conselho.

¹¹³ Alfaiate, 2014, página 195.

sua ausência, a um “adulto idóneo”¹¹⁴, refletindo a importância de o menor ter sempre presente alguém com consciência e competência para o apoiar e acompanhar.

Outro aspeto relevante, referido no artigo 6.º da Diretiva, relaciona-se com o direito ao menor a ser assistido por um advogado¹¹⁵. A vulnerabilidade e a falta de capacidade de entendimento do processo penal, por parte dos menores, surgem como as principais razões que levam a que o direito à assistência judiciária tenha que ser considerado. O relevo conferido à assistência do menor por um advogado é de tal modo elevado que os próprios Estados-membros devem “providenciar a assistência do menor por advogado, sempre que o menor ou o titular da responsabilidade parental não a tenham providenciado”¹¹⁶. Uma necessidade há muito discutida em Portugal é a “especialização deste profissional do foro (art. 19.º da Proposta)”¹¹⁷. Para além da falta de advogados especialistas na área do direito dos menores, “continuamos a ter questões de menores, muitas vezes, julgadas por juízes, eles próprios, sem especiais conhecimentos nesta matéria, uma vez que à especialização dos tribunais não corresponde ainda a absoluta especialização dos magistrados neles colocados”¹¹⁸. Assim sendo, é urgente haver formação específica em matéria de direito dos menores, que poderia passar pela criação de competências específicas (por exemplo: técnicas de interrogatório apropriadas para menores, formação na área de psicologia infantil e comunicação numa linguagem adaptada ao menor).

O artigo 7.º da Diretiva introduz o direito a uma avaliação individual destinada sobretudo a “identificar as necessidades específicas em termos de proteção, ensino, formação e integração social, a determinar se e em que medida requerem medidas especiais durante o processo penal, o alcance da sua responsabilidade penal e a adequação de determinadas penas ou medidas de reeducação”¹¹⁹. No artigo 7º n.º 7 faz-se referência expressa à necessidade desta avaliação individual ser levada a cabo por “pessoal qualificado”, atendendo à vulnerabilidade do menor (relacionada por exemplo com deficiências de aprendizagem, problemas de comunicação) e às circunstâncias que o envolvem (económicas, sociais, familiares).

¹¹⁴ Cfr. considerandos 22, 24, 57 e 59 e artigos 5.º e 15.º da diretiva 800/2016 do Parlamento Europeu e do Conselho.

¹¹⁵ Cfr. considerandos 25 a 34 e artigos 6.º a 18.º da diretiva do Parlamento e do Conselho Europeu.

¹¹⁶ Cfr. considerando 25 da Diretiva 800/2016 do Parlamento Europeu e do Conselho.

¹¹⁷ Alfaiate, 2015, página 52.

¹¹⁸ Alfaiate, 2015, página 52.

¹¹⁹ Cfr. considerando 35 da Diretiva 800/2016 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Já o artigo 8.º vem estabelecer o direito de o menor ser examinado por um médico com o objetivo de “avaliar a sua condição geral mental e física”¹²⁰. Através desse exame consegue-se aferir a integridade do jovem e sua disponibilidade e capacidade “para ser sujeito a um interrogatório ou a outros atos de investigação ou de recolha de provas ou a quaisquer outras medidas adotadas ou previstas quanto aos menores”¹²¹. No artigo 9.º prevê-se que o interrogatório seja gravado por meios audiovisuais. Esta medida tem como propósito acautelar que o interrogatório é adaptado ao menor, à sua idade e à sua maturidade, garantir a defesa dos seus interesses e evitar múltiplos interrogatórios ao longo do processo.

Na análise da Diretiva, destacam-se sobretudo os artigos 10.º e 11.º. No artigo 10.º estabelece-se uma limitação da privação da liberdade, de forma a que a “privação da liberdade de um menor em qualquer fase do processo seja limitada ao período mais curto possível”¹²². Neste sentido, coloca-se o problema da pena prisão, quer de forma efetiva ou preventiva, e todos os fatores negativos que acarreta para o jovem.

A prisão preventiva, enquanto medida de coação prevista no artigo 202.º do CPP, é a mais gravosa de direitos liberdades e garantias do arguido.

O primeiro fator a ter em consideração prende-se com a longa duração que esta medida pode ter. Tratando-se de jovens, os efeitos de sujeição à pena de prisão preventiva podem ser devastadores, com consequências irreversíveis. Assim sendo, é importante encontrar alternativas práticas de forma a que esta medida de coação se aplique apenas como *ultima ratio*. Estas alternativas podem consistir noutras medidas de coação, previstas no CPP, tais como: “prisão domiciliária sob vigilância eletrónica, medida de serviço comunitário e medida de suspensão provisória do processo”¹²³.

Os efeitos da sujeição a uma pena de prisão, preventiva ou efetiva, desencadeia uma situação de vulnerabilidade psicológica no jovem, sendo sujeito a uma “experiência emocionalmente exigente, visto que, a detenção pode potenciar situações de instabilidade emocional”¹²⁴. Nesse sentido, como explica Tiago da Rocha Silva¹²⁵, a aplicação da detenção preventiva nesta faixa etária pode desencadear reações

¹²⁰Cfr. estabelecido no artigo 8.º n.º 1 da Diretiva 800/2016 do Parlamento Europeu e do Conselho.

¹²¹Cfr. estabelecido no artigo 8.º n.º 2 da Diretiva 800/2016 do Parlamento Europeu e do Conselho.

¹²²Cfr. estabelecido no artigo 10.º n.º 1 da Diretiva 800/2016 do Parlamento Europeu e do Conselho.

¹²³ Silva, 2017, página 16.

¹²⁴ Silva, 2017, página 11.

¹²⁵ Silva, 2017, página 11.

relacionadas com instabilidade emocional tais como: dor, choque, ansiedade, medo ou revolta, chegando mesmo à possibilidade de alguns jovens cometerem suicídio.

No que diz respeito à sujeição dos jovens a medidas privativas da liberdade, sejam elas preventivas ou efetivas, existe um fator particularmente negativo que está relacionado com o contacto com outros delinquentes. Em Portugal, este aspeto assume particular relevo uma vez que, na maior parte dos casos, os jovens não são detidos em estabelecimentos prisionais especiais, adaptados à sua faixa etária e com condições específicas para este tipo de delinquentes¹²⁶. Em 2015, o Observatório Europeu das Prisões chamou a atenção para o facto do nosso país ser dos poucos onde os jovens entre os 16 e os 18 anos são colocados em prisões de adultos. Os princípios de Havana, regras das Nações Unidas para a proteção dos jovens privados da liberdade, referem expressamente que: “em todos os estabelecimentos de detenção, os jovens devem ser separados do adultos”¹²⁷. Esta separação só é possível através da criação de estabelecimentos prisionais próprios para jovens delinquentes ou secções específicas nos estabelecimentos comuns. No entanto, apesar de considerarmos que “a proposta de Directiva podia, quanto a nós acertadamente, ter pensado na possibilidade de obrigar à criação de estabelecimentos especialmente concebidos para menores condenados”¹²⁸, optou por não o fazer. Os jovens, ao serem colocados em prisões com outros adultos reclusos, são expostos a uma série de fatores que podem contribuir para a degradação da sua personalidade e a prevalência dos malefícios, associados aos efeitos criminógenos da prisão. Desta forma, veem a sua segurança ameaçada, podendo ser alvos de agressões físicas, assistem e compactuam com transações ilícitas e apresentam dificuldades evidentes em se integrarem¹²⁹ na comunidade prisional. No caso da prisão preventiva, temos situações em que jovens sob presunção de inocência, são colocados em convivência direta com adultos que apresentam uma carreira criminosa longa e com graves antecedentes.

Regressando à possibilidade da criação de estabelecimentos prisionais específicos para jovens delinquentes, apesar de a Diretiva não ter consagrado especificamente essa solução, a nossa legislação já faz referência expressa a essa necessidade.

¹²⁶ Em Portugal, existe apenas um estabelecimento prisional para jovens, em Leiria (para jovens entre os 16 e os 18 anos).

¹²⁷ Resolução 45/113, adotada em 1990 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/regrasprotecaojoovens.pdf>, consultado a 16/10/2019.

¹²⁸ Alfaiate, 2015, página 53.

¹²⁹ Silva, 2017, página 12.

Nesse sentido, no Projeto de Lei 53/IX ¹³⁰ de 31 de maio de 2002 estabeleceu-se que a pena de prisão deve ser cumprida em “estabelecimentos especificamente destinados a jovens ou em secções de estabelecimentos prisionais comuns afectadas a esse fim”. Segundo este Projeto de Lei esta diferenciação permitiria “a reorientação da execução das penas no que respeita a matérias que a experiência revelou problemáticas, nomeadamente a alfabetização e a escolaridade, a iniciação de actividades laborais e de formação profissional, o apoio e enquadramento psicológico, a toxicodependência e a constituição de comunidades de interesses”. Por outro lado, também o artigo 9.º do CEPML, na sua redação atual, determina no artigo n.º 2 alínea c) que “sem prejuízo do disposto no número anterior, devem existir estabelecimentos prisionais ou unidades especialmente vocacionados para a execução das penas e medidas privativas da liberdade aplicadas: A jovens até aos 21 anos ou, sempre que se revele benéfico para o seu tratamento prisional, até aos 25 anos”.

Como já fizemos referência, a Diretiva 800/2016, nomeadamente nos artigos 10.º e 11.º que se referem à privação da liberdade, é omissa relativamente à necessidade urgente de se criarem infraestruturas específicas ou sectores adequados nos estabelecimentos já existentes, para que a privação da liberdade dos jovens adultos seja cumprida de forma adequada. Apesar disso, esta deve ser no nosso entender a maior preocupação nesta matéria.

Em 22 de maio de 2019, através da alteração ao CPP protagonizada pela Lei n.º 33/2019 transpõe-se a Diretiva (UE) 2016/800 do Parlamento Europeu e do Conselho¹³¹. Com a entrada em vigor desta nova lei criaram-se uma série de novos mecanismos com o objetivo de assegurar garantias processuais para os jovens menores suspeitos ou arguidos em processo penal. A primeira grande alteração incidiu sobre a necessidade de informar o titular de responsabilidades parentais ou adulto idóneo, no momento da constituição do menor como arguido¹³². O objetivo principal desta medida foi possibilitar que o titular das responsabilidades parentais possa estar disponível para acompanhar o menor “durante as diligências processuais a que compareça”¹³³. Já no que

¹³⁰ Projeto de Lei n.º 53/IX, disponível em:

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=19067>, consultado em 24/09/2019.

¹³¹ Através desta transposição da Diretiva referida procedeu-se à alteração dos artigos 58.º, 61.º, 87.º, 90.º, 103.º, 194.º, 283.º e 370.º do CPP.

¹³² Artigo 58.º n.º 7 do CPP.

¹³³ Artigo 61.º n.º 1 alínea i) do CPP.

diz respeito à avaliação do menor foi aditada à lei uma norma que obriga, na fase de inquérito, o Ministério Público a indicar o relatório social¹³⁴ com informação sobre o menor, sob pena da acusação ser considerada nula. Na fase de julgamento de um arguido menor, estabelece o artigo 370 n.º 2 do CPP, que, no caso do relatório social não estar junto do processo, a respetiva junção deve proceder-se num prazo máximo de trinta dias. Outro aspecto relevante prende-se com um reforço da proteção da privacidade, relativamente à assistência do público a atos processuais¹³⁵ e a consulta de autos¹³⁶ em que participem arguidos menores. Por último, define-se como processo urgente sempre que estejam em causa arguidos menores, como preceitua o artigo 103 n.º 2 alínea b) do CPP.

Na nossa opinião, apesar de considerarmos que estas alterações à Lei Processual Penal Portuguesa são relevantes, havia outras necessidades, também elas urgentes, que não foram acauteladas e cumpridas. Com a entrada em vigor da Lei 33/2019, o jovem é alvo de novas preocupações que garantem um processo mais célere, onde o jovem é titular de efetivas garantias processuais.

No entanto, é urgente inserir medidas para acautelar os interesses dos jovens. Neste sentido refira-se a importância da avaliação individual que deve conter uma avaliação psicológica criteriosa e profissional e que ajudaria a compreender melhor as carências dos jovens e o tipo de intervenção de que necessitam. Por outro lado, formar profissionais com um domínio de competências específicas para lidar com a criminalidade nos jovens adultos (tanto a nível médico como a nível jurídico) permitiria combater este fenómeno de uma forma mais competente. Por último, deve-se criar meios para que os menores não continuem a ser detidos maioritariamente com adultos, o que compromete as finalidades da sua detenção e de ressocialização.

¹³⁴ Artigo 283.º n.º 3 alínea g) do CPP.

¹³⁵ Artigo 87 n.º 3 do CPP.

¹³⁶ Artigo 90 n.º 2 do CPP.

Conclusão

Com a presente dissertação de mestrado pretendeu-se abordar de uma forma sistemática e crítica o problema da delinquência nos jovens adultos.

O modelo em vigor no nosso país, no que diz respeito à responsabilização dos jovens que cometem crimes, necessita de uma rápida atualização. Em primeiro lugar parece-nos razoável considerar que o limite da inimputabilidade penal não deve permanecer nos 16 anos, sendo necessário proceder à atualização da lei e elevar este limite para os 18 anos. Para compreender esta necessidade de atualização da lei assume particular destaque o estudo de obras das áreas da psicologia e neurociências. Salientámos ao longo do trabalho a importância de fatores cognitivos e emocionais e o impacto que podem ter nos jovens. Por outro lado, é necessário um maior controlo por parte das instâncias sociais e jurídicas, de forma a que exista uma efetiva monitorização dos jovens, sobretudo no caso dos “jovens em risco”, isto é, aqueles que proveêm de meios sociais mais desestruturados e permeáveis a comportamentos desviantes. Este controlo pode e deve ser feito com maior ênfase nas escolas, mas também através de equipas regionais especializadas, constituídas por juristas, psicólogos, assistentes sociais, que ajudem no combate a este tipo de criminalidade.

Por outro lado, concluímos que o DL 401/82 tem de ser interpretado de outra forma. Como evidenciámos ao longo da nossa exposição, partindo da análise de decisões jurisprudenciais, o artigo 4.º do DL precisa de uma reformulação. É evidente que a grande preocupação do preceito legal centra-se na prevenção especial aquando da decisão de atenuar ou não a pena, porém, deveria ter-se em consideração as necessidades de prevenção geral, defendendo-se o ordenamento jurídico e a segurança na comunidade. Ainda relativamente ao artigo 4.º consideramos que faz sentido que a atenuação especial da pena se aplique quer à pena de prisão, quer à pena de multa, tal como a lei geral prevê (CP). No que diz respeito ao artigo 5.º do DL é necessário atualizar a remissão que é feita para o artigo 18.º da OTM, fazendo sentido uma remissão para o artigo 4.º da LTE.

Já a alteração ao CPP, através da Lei 33/2019, trouxe alterações positivas, que ajudaram a criar condições para salvaguardar as garantias processuais dos jovens. Evidentemente, nem tudo é positivo e há ainda um longo caminho a fazer no que diz

respeito à proteção do jovem. Como fizemos referência no capítulo quarto, existem medidas que ainda não foram incorporadas nesta nova lei e deviam ter sido, evidenciando-se o facto de não existirem profissionais com competências específicas nesta matéria, sejam eles advogados, juízes, médicos ou psicólogos, podendo a própria lei vir a estabelecer essa exigência de formação.

Segundo o relatório anual de segurança interna de 2018¹³⁷, comparando os dados com o ano de 2017, há um crescimento de jovens sujeitos a medidas tutelares educativas entre os 15 e 16 anos, salientado-se que 55% dos jovens sujeitos a essas medidas têm menos de 16 anos. O número de jovens com medidas em execução é preocupante, cerca de 2962 jovens. Outro fator importante e sobre o qual é necessário refletir é o número de jovens com penas e medidas em execução, 3.849 jovens entre os 17 e os 20 anos. Apesar de nos últimos anos ter existido uma diminuição no número de jovens presos entre os 16 e os 18 anos, a verdade é que a 31 de dezembro de 2018 registavam-se 43 jovens detidos em estabelecimentos prisionais, o que constitui um número preocupante.

Através da apresentação de todos estes dados estatísticos pretendemos reforçar a ideia geral deste trabalho: necessidade de revisão do RPAJD, fortalecendo o combate a este tipo de delinquência. Neste sentido é urgente criar infraestruturas ou condições específicas para os jovens sujeitos a medidas privativas da liberdade. Só através destas medidas pode haver uma diminuição da criminalidade juvenil.

¹³⁷ Dados disponíveis no Relatório Anual de Segurança Interna de 2018: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7>, consultado em 13/10/2019.

Bibliografia

- ALFAIATE, Ana Rita, «O artigo 19.º do Código Penal Português à luz de uma nova visão sobre a (in)imputabilidade penal em razão da idade», *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, ano I-2017, 157-183.
- ALFAIATE, Ana Rita, *O Problema da Responsabilidade Penal dos Inimputáveis por Menoridade*, Tese de Doutoramento em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014.
- ALFAIATE, Ana Rita / MONIZ, Helena, «Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a garantias para menores suspeitos ou arguidos em processo penal», in CAEIRO, Pedro et. al. (org.), *A Agenda da União Europeia sobre os Direitos e Garantias de Defesa em Processo Penal: “a segunda vaga” e o seu previsível impacto sobre o direito português*, Instituto Jurídico, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015.
- CARNEIRO, Roberto, *A delinquência e o bem-estar juvenil – o caso português e o contexto Europeu*, CEPCEP - Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, 2014.
- CARVALHO, Taipa de, *Direito Penal, Parte Geral – Questões Fundamentais, Teoria Geral do Crime*, 3.ª Edição, Universidade Católica, 2016.
- COSTA, Catarina, *A idade da imputabilidade penal*, Tese de Mestrado em Direito Criminal, Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto, 2018.
- COUTO, Isabel Luís, *O problema da idade da imputabilidade penal*, Tese de Mestrado em Direito Criminal, Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto, 2012.
- CUNHA, Conceição, «Respostas à Delinquência Juvenil – Do Internamento para a Liberdade: Primeiros Passos Para A Inserção Social do Jovem», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 26, n. º1-4 2016, 437-483.
- DIAS, Figueiredo, *Direito Penal, Parte Geral, Tomo I, Questões Fundamentais Doutrina Geral do Crime*, 2.ª Edição, Coimbra Editora, 2007.

- ESTEVES, Herculano, *Por que é que a pena de multa não é especialmente atenuada ao abrigo do regime dos jovens delinquentes? (Brevíssima reflexão a propósito do artigo 4.º do Decreto Lei 401/82 de 23 de setembro)*, trabalho realizado no âmbito do Doutoramento em Direito, Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto, 2019.

- FERNANDES, João Miguel Taborda, *A Idade da Imputabilidade Penal – Uma Abordagem Multidisciplinar*, trabalho realizado no âmbito do Doutoramento em Direito, Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto, 2016.

- FIGUEIROA, Filipa de, «Punição no limiar da idade adulta»: O regime especial para jovens adultos e, em especial, a interatividade entre penas e medidas tutelares educativas, *Revista Julgar online*, n.º 11, 2008, 147-173. <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2010/05/147-173-puni%C3%A7%C3%A3o-no-limiar-da-idade-adulta.pdf>, consult. em 07/jul./2019.

- MADEIRA, Bárbara, «O direito Penal e os jovens delinquentes – dec.-lei n.º 401/82, de 23 de setembro», *Revista do Ministério Público*, Ano 4.º, volume 15, Lisboa, s.d, 9-23.

- NEGREIROS, Jorge, *Delinquências juvenis*, Editorial Notícias, 2001.

- PROCURADORIA DA RÉPÚBLICA JUNTO TRIBUNAL FAMÍLIA DE LISBOA, «Direito Penal dos jovens Imputáveis», *Revista do Ministério Público*, Ano 4.º, volume 13, Lisboa, s.d., 87-97.

- RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA INTERNA, março/2019. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7>, consult. em 13/out./2019.

- RODRIGUES, Anabela Miranda, «Repensar o direito dos menores em Portugal – Utopia ou realidade?», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Coimbra Editora, ano 7, fasc. 3.º jul-set, 1997, 355-386.

- RODRIGUES, Anabela e FONSECA António Carlos Duarte, *Comentário da Lei Tutelar Educativa*, Reimpressão, Coimbra Editora, 2003.

- RODRIGUES, Anabela, *Direito das crianças e dos jovens delinquentes*, 2009.
<https://www.odireitoonline.com/direito-das-criancas-e-dos-jovens-delinquentes.html>,
consult. em 07/jul./2019.

- SANTOS, Carolina Girão, «Da especificidade do direito penal dos jovens adultos na perspetiva das consequências jurídicas do crime», *Revista Portuguesa de Direito da Família – Lex Familiae*, Ano 8, n.º 16, Jul-Dez, 2011, 85-105.

- SILVA, Tiago da Rocha, *Prisão Preventiva dos Menores de 18 anos: Perspetivas de Profissionais da Área da Justiça*, Tese de Mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante e Justiça, Faculdade de Psicologia da Universidade Católica do Porto, 2017.